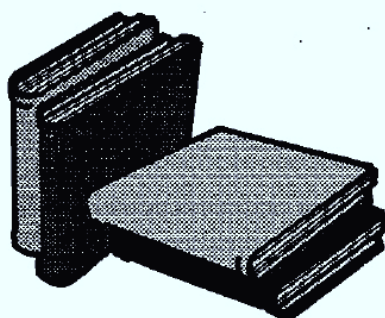


Uma perspectiva de utilização da Classificação Decimal Universal (CDU)

Maria Eduarda Pereira N. Rodrigues (*)



Resumo

O presente artigo diz respeito à classificação dos documentos na Biblioteca da Escola Superior Agrária de Castelo Branco (BESACB). Algumas referências são também feitas ao processo de indexação na medida em que classificar um documento é também indexá-lo. Finalmente dá-se uma breve explicação sobre qual o objectivo de aplicação de duas classificações distintas a um mesmo fundo documental.

1. Introdução

É um dado assumido em termos de biblioteconomia, a necessidade de utilizar numa biblioteca uma linguagem de tipo categorial ou classificação. Isto prende-se, naturalmente, com a dupla finalidade que preside à sua utilização, ou seja, por um lado a arrumação do documento pelo técnico, por outro lado a sua fácil localização pelo utilizador.

Há vários tipos de classificações que se utilizam de acordo com os objectivos, tipo de utilizador e tipo de

biblioteca. As classificações utilizam-se, portanto, na medida da especificidade de cada biblioteca ou centro de documentação. Por outro lado não faz muito sentido que, bibliotecas que possuem a mesma tipologia se sirvam de linguagens documentais diferentes, pois o trabalho de conversão de umas linguagens para as outras será muito maior, uma vez que se porão problemas de compatibilidade que implicarão dificuldades de comunicação.

Genericamente poderemos então dizer que a classificação utilizada numa biblioteca permite descrever e identificar o conteúdo de um documento do ponto de vista do assunto e, ao mesmo tempo, integrá-lo no conjunto de documentos que a esse mesmo assunto respeitam. Essa identificação é feita através de uma linguagem simbólica, já que as classificações se servem de notações (códigos) e não de palavras ou frases da linguagem natural.

Assim, do ponto de vista do objectivo, podemos dizer que a classificação é constituída por um conjunto de regras que presidem à ordenação ou que determinam uma ordem ideal para os objectos, enquanto que do ponto de vista do processo, será o acto de agrupar os objectos ou os conceitos que tenham algo em comum consequentemente aproximando-os ou afastando-os uns dos outros. Neste sentido a classificação deve ser muito clara e inequívoca a fim de não comprometer o seu sentido prático **arrumar/localizar**, como já atrás foi referido.

Como instrumento básico de trabalho diário, a classificação deve ainda possuir uma flexibilidade

que permita a introdução, em todo o tempo, de novas matérias, a fim de não se desactualizar ou por outra, de poder ser actualizada. E isto é tão mais importante quando pensamos na rapidez com que se desenvolvem novos processos tecnológicos e científicos, abrindo as portas à constituição de novas ciências e à abertura de novos ramos do conhecimento dentro de domínios do saber já conhecidos e estudados.

2. Classificação/Indexação

Na BESACB a classificação utilizada para cumprimento da dupla finalidade **arrumar/localizar** é a Classificação AGRIS/CARIS. Esta emana da FAO e cobre assuntos cujo âmbito se insere nas Ciências Agrárias, Veterinárias e afins. Parece-nos importante referir que em Portugal esta classificação se utiliza em praticamente todas as bibliotecas de instituições de ensino e investigação no âmbito das Ciências Agrárias.

A Tabela de Classificação AGRIS/CARIS é um dos instrumentos de trabalho que utilizamos para atribuição das cotas na BESACB. Esta, como a maioria das Classificações, compõe-se de duas partes fundamentais que embora formalmente muito distintas são na prática indissociáveis. Por um lado, a Tabela propriamente dita, constituída por notações alfanuméricas de três dígitos (ex.: A01-Agricultura) e respectiva informação descritiva especificando o âmbito de aplicação da notação em causa. Por outro lado, um índice alfabético de assuntos que funciona quase como um sentido inverso, ou seja, remetendo-nos do assunto que pretendemos para a notação que lhe corresponde (ex: Fisiologia da Nutrição de Ovinos, ver L51). A combinação destas duas partes permite a arrumação do documento, na prateleira que lhe respeita.

No entanto, a utilização desta Tabela de Classificação não dispensa de forma nenhuma a utilização de outras ferramentas de trabalho no domínio da indexação, entre as quais se destacam as listas estruturadas de termos, vulgarmente conhecidas por tesouros. Outros instrumentos haveria, mas não iremos referi-los pois sairíamos do âmbito deste pequeno artigo.

Os tesouros colmatam por assim dizer a lacuna deixada em aberto pelas classificações relativamente aos assuntos dos documentos. Isto porque as classificações nos remetem para um assunto genérico sendo que, por vezes, reflectem apenas uma parte do saber contido nos documentos, por exemplo aquele que está mais representado. Claro que isto tem a ver com a quantidade de notações alfanuméricas que teríamos de colocar em determinada publicação a fim de representarmos todos os assuntos nela contidos. Como logicamente se depreende, tornar-se-ia complicadíssimo ao utilizador interiorizar um tão grande número de notações e julgamos até que um pouco enfadunho. Quase nos atreveríamos a afirmar que provocaria um certo desinteresse.

As classificações devem ser simples sem deixarem de ser objectivas, e portanto não devem permitir que

o utilizador as apreenda como herméticas ou desprovidas de sentido. Nessa medida, a utilização de uma linguagem de tipo combinatório (aquela que é veiculada pelo tesouro), em que o utilizador se serve de termos ou expressões da linguagem natural que conhece e domina para recuperar a informação, apresenta-se como uma vantagem. Esta vantagem é tanto mais óbvia quanto mais específico é o assunto e maior a incapacidade da classificação dar uma resposta prática. Parece-me pois que daqui se pode inferir que enquanto a classificação nos remete para a localização da espécie na estante a partir do seu assunto genérico, o termo de indexação (descriptor) extraído do tesouro nos remete para a localização do assunto no conjunto do fundo documental.

No tesouro estão contidos todos os termos de indexação a partir dos quais o utilizador pode recuperar o(s) documento(s) que trata(m) do(s) assunto(s) que lhe interessa(m). E isto é válido tanto para o catálogo manual como para o catálogo automatizado.

No caso concreto do Tesouro AGROVOC, este não só contém os termos de indexação (descritores), organizados por ordem alfabética, como também estabelece relações entre estes termos, relações essas que são de tipo hierárquico, contendo termos genéricos e termos específicos ou, relações de associação, dando a lista de termos que, em determinado contexto se poderão relacionar com aquele que nós pretendemos e ao mesmo tempo remete-nos para termos que se utilizam em vez de outros, estabelecendo a lista de termos não descritores. Esta estrutura vai permitir ao indexador alargar o campo de visão relativamente a um determinado assunto, sem no entanto perder de vista o princípio de que a um conceito específico apenas corresponde um único termo de indexação.

Por este motivo não queríamos deixar de referir aqui a importância da utilização conjugada destes dois instrumentos de trabalho que no caso da BESACB são a Tabela de Classificação AGRIS/CARIS e o Tesouro AGROVOC. É importante prestar um pequeno esclarecimento relativamente à menção específica do Tesouro AGROVOC e que tem a ver com o facto de que embora nos sirvamos de outros Tesouros, o AGROVOC é aquele que melhor responde às exigências do nosso fundo bibliográfico.

Parece-nos agora oportuna a referência à CDU: Classificação Decimal Universal. Não vamos alargar-nos sobre os seus objectivos. Estes são basicamente os mesmos que servem a todas as classificações, seria portanto repetitivo falar novamente deles. A CDU é uma linguagem de classificação que, como o próprio nome indica, foi universalmente aceite. Divide o saber em classes, mais precisamente em 9 classes principais, sendo que cada classe se vai subdividindo em 9 subclasses. Esta divisão pode prolongar-se indefinidamente.

O facto de ser uma classificação decimal dá-lhe a possibilidade de se ir adaptando e actualizando, relativamente aos diversos campos do saber. A CDU através da possibilidade de utilização de auxiliares permite dar um certo grau de especificidade aos assuntos, no entanto pela sua estrutura decimal quanto mais específica o assunto, mais complicadas e longas se tornam as

suas notações com os inconvenientes que daí advém em termos de tamanho das notações.

Assim as notações CDU são constituídas por extensões contínuas de fracções decimais, seguindo uma ordem que vai do geral para o particular portanto quanto mais extensa for a notação, mais preciso será o assunto do documento (ex.: para óleo de palma teríamos qualquer coisa como 665.353.3). A apresentação decimal dividida por grupos de três algarismos prende-se com a necessidade de facilitar o aspecto visual das notações. De qualquer forma não gostaria de deixar de referir que a classificação CDU levada às últimas consequências na exaustividade dos assuntos, torna-se muito difícil de manipular quer do ponto de vista de utilizador, quer do ponto de vista do técnico.

Esta referência à estrutura da CDU, neste ponto particular, prende-se um pouco com a opção que se tem na BESACB, como adiante se explicará.

3. A opção da biblioteca da ESACB

Com a criação da Base Nacional de Dados Bibliográficos (PORBASE) na segunda metade da década de 80 e com a distribuição pela Biblioteca Nacional de um software de gestão de Bibliotecas (Mini-Micro CDS/ISIS versões PORBASE) a preços muito acessíveis, iniciou-se em Portugal uma nova era para as bibliotecas portuguesas, em termos de automatização. Os problemas que até aí se resolviam numa perspectiva que raramente ultrapassava o âmbito local passaram a ter uma outra dimensão e a palavra "cooperação" ganhou em importância e significado, tornando-se muito cara aos documentalistas. No entanto, se é verdade que tudo isto veio facilitar o trabalho aos técnicos por outro lado obrigou à realização de alguns ajustes e à adaptação de alguns procedimentos de trabalho porque cooperar, pelo que implica em termos informáticos, obriga à utilização de regras e códigos comuns. Assim numa primeira fase, trata-se de acertar agulhas em termos de catalogação, mas quase em simultâneo surge a questão das variadíssimas linguagens de tipo categorial e combinatório utilizadas pelas diversas bibliotecas que aderiram à PORBASE.

A Biblioteca Nacional vai então definir alguns critérios de participação na PORBASE sendo que um deles obriga à utilização da CDU: Classificação Decimal Universal como linguagem de classificação comum a todas as bibliotecas cooperantes.

Se em algumas bibliotecas isto não causou grandes constrangimentos até porque já era utilizada, em termos de Ciências Agrárias já não foi assim.

À primeira vista tratava-se simplesmente de utilizar outra classificação ou então ficar excluído da PORBASE.

Então, após longa reflexão chegámos à conclusão de que poderíamos utilizar as duas classificações com dois sentidos diversos. Por um lado utilizar a Classificação AGRIS/CARIS, no trabalho efectivo da BESACB, por outro e para participarmos num projecto de cooperação tão importante quanto o é a

PORBASE dar início ao processo de introdução simultânea da CDU o que em termos de aplicação informática não apresenta qualquer problema, já que existem espaços físicos diferentes para as duas.

Esta solução por nós adoptada não é completamente pacífica pois para muitos isto é considerado como um duplicar de trabalho, já que há que verificar em termos de assunto qual é notação CDU que corresponde à notação AGRIS. No entanto e do nosso ponto de vista, que foi sempre o mesmo em relação a este assunto o único trabalho é o de escrever duas notações, o que não nos parece seja muito cansativo. Senão vejamos:

- tanto a atribuição de notações classificatórias como a escolha de termos de indexação obedecem à mesma metodologia. Esta não é mais do que aquela que é preconizada pela NP3715 e assenta fundamentalmente na análise do conteúdo do documento. Isto é tão válido para a atribuição das notações classificatórias como para a atribuição dos termos de indexação.

Assim, numa primeira fase temos a análise do documento e a definição do seu conteúdo, numa segunda fase a identificação e selecção dos conceitos representativos desse conteúdo e finalmente na terceira fase, a representação desses conceitos por meio de termos de indexação no caso da linguagem combinatória e/ou de notações no caso da linguagem de tipo categorial. É tão simples quanto isso, pelo que nos parece que é perfeitamente possível aproveitar o trabalho desenvolvido para atribuir a notação AGRIS/CARIS e termos de indexação AGROVOC e aplicá-lo à atribuição da notação CDU, uma vez que esse trabalho já está feito e apenas é feito uma única vez. Parece-nos pois, que o preço da cooperação não é assim tão elevado.

É por demais evidente que muitas vezes o que determina a facilidade da realização de tarefas são os procedimentos internos. Assim e para que se tornasse mais fácil a equiparação dos assuntos em termos das duas tabelas, estabeleceu-se uma tabela de correspondência para os assuntos mais genéricos o que vem de facto facilitar todo o trabalho.

E poderemos ainda referir que uma vez que a CDU não se utiliza na BESACB com a finalidade de **arrumar/localizar**, tornamos a sua utilização o mais simples possível tentando utilizar na maioria dos casos apenas os primeiros três dígitos o que nos dá um nível de assunto muito genérico. Esta foi a solução encontrada na BESACB que mantendo-se fiel ao seu fundo documental especializado, não deixou porém de participar na Base Nacional de Dados Bibliográficos-PORBASE.

4. Conclusão

Quanto à finalidade deste trabalho importa salientar que o que se pretende com a utilização da Classificação Decimal Universal não é proporcionar aos utilizadores desta biblioteca ou de outras bibliotecas afins mais um ponto de acesso ao documento pelo assunto, mas sim cooperar com a PORBASE e conseqüentemente, abrir a toda a comunidade de utilizadores um ponto

de acesso por assunto que é comum a todas as Bibliotecas Cooperantes.

Por todas estas razões, considera-se fundamental quer a alimentação da Base Nacional de Dados Bibliográficos através do envio periódico de registos em suporte magnético, já que não trabalhamos "on line", quer a possibilidade de pesquisa no catálogo da mesma base pelo assunto, já que utilizamos todos a mesma linguagem de tipo classificatório, a CDU.

Referências bibliográficas

Agrovoc Thesaurus [S.I.: s.n.]. 1982. Edição provisória em português.

CDU. Classificação Decimal Universal: Tabela de autoridade. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990.

Informação técnica. Nº2. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988. NP 3715. 1989 - Documentação. Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação. [Lisboa]. IPQ. 10 p.

NP 4036. 1992- Documentação. Tesaurus Monolingues: directivas para a sua construção e desenvolvimento. Lisboa. IPQ. 54 p.

Prince-Perciballi, Ingrid - AGRIS/CARIS: sistema de classificação. Trad. por Maria Eduarda Pereira N. Rodrigues. [Lisboa: FAO. Centro Nacional AGRIS, 1995]

prNP.405. 1988 - Documentação. Referências bibliográficas. [Lisboa]. IPQ. 45 p.

* Bibliotecária-Técnica Superior da ESACB